

EGBERTO ALVES DIAS  
SIT GENPAPEIRO, S/N - ÁREA RURAL  
SOUSA/PB CEP 5800000 (AG 177)

Class/Subcl: RURAL/AGROPECUÁRIA RURAL NICHOFÁS/CEP 230, Km 25 - Canto Retenid. João Pessoa/PB - CEP 58071-800  
Roteiro 10 - 177 - 378 - 2450  
Nº medidor 00000224381

Referência Abr/2016  
Emissão 15/04/2016

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 08.095.183/0001-43 - Insc. Est. 16.015.823-03

Nota Fiscal/Código de Energia Eletrônica 714.000  
Código para Dúvida Autenticação: 90018313881

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1031359-1

Abr/2016 Canal de contato

Apresentação

15/04/2016

Data prevista da próxima leitura

17/05/2016

CPF/CNPJ/RANI

95411780487

Insc. Est.

Faturas em atraso

24/12/2015	11,41	Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
		Custo de Disponibilização			8,78
		Adc. B. Amarela			0,21
		Subsídio			2,76
		PIS			0,07
		COFINS			0,34
		LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
		JUROS DE MOROSIDADE			0,03
		MULTA			0,34
		Devolução Subsídio			-3,78

Histórico de Consumo (kWh)

Mar/16	30
Fev/16	25
Jan/16	113
Dez/15	5
Nov/15	0
Out/15	49
Set/15	3
Ago/15	24
Jul/15	2
Jun/15	15
Mai/15	2
Abr/15	0

Média dos últimos meses  
24 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	13,16	0,5700	0,07
COFINS	13,16	2,8100	0,34

VENCIMENTO 25/04/2016 TOTAL A PAGAR R\$ 9,77

fc24.605e.b325.bdd5.5a58.e7fb.eb21.0e61

Indicadores de Qualidade 2/2016 - São Gonçalo

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
QCMENSAL	13,80	0,00	NOMINAL	220	Serviço de Dist. da Energia	4,72	24,80
QCMENSAL	27,19				Carga de Energia	8,17	45,80
QCMENSAL	54,31				Serviço de Transmissão	0,37	2,72
QCMENSAL	8,00	0,00	CONTRATADA	202	Encargos Setoriais	1,48	11,01
QCMENSAL	18,00				Impostos Diretos e Encargos	0,78	5,78
QCMENSAL	22,16				Outros Serviços	0,00	0,00
QCMENSAL	7,40	0,00	LIMITE INFERIOR	231	Total	13,63	100,00
QCMENSAL	19,00						

### ATENÇÃO

- AVISO: Permanecendo em atraso os "DÉBITOS ANTERIORES", já renúncios, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Suavização DEC. 7 89/113 R\$ 3,76  
Isento ICMS



### **SINISTRO 3160682527 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ANDERSON PONCIANO DIAS

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO** MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

**BENEFICIÁRIO** ANDERSON PONCIANO DIAS

**CPF/CNPJ:** 12550157486

**Posição em 24-03-2017 20:50:35**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.





**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

**EU, ANDERSON PONCIANO DIAS, BRASILEIRO (A), SOLTEIRO, AGRICULTOR, PORTADOR DO RG Nº: 4.229.027-SSP/PB E CPF Nº 125.501.574-86, RESIDENTE E DOMICILIADA NO SÍTIO GENIPAPEIRO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE SOUSA-PB, DECLARO QUE, EM FUNÇÃO DE MINHA CONDIÇÃO FINANCEIRA, NÃO TENHO COMO ARCAR COM O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, SOB PENA DE IMPLICAR EM PREJUÍZO PRÓPRIO E DE MINHA FAMÍLIA.**

**POR TAIS RAZÕES, PLEITEIAM-SE OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5º, LXXIV E PELA LEI 13.105/2015 (CPC), ARTIGO 98 E SEGUINTE.**

**SOUSA-PB, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.**

  
**ANDERSON PONCIANO DIAS**



## Relatório Médico

Trata-se do periciado Anderson Ponciano Dias, 17 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x carro) em 30/04/2016, N° do BO: 425/2016, no município de Marizópolis- PB.

Apresentava, em decorrência do trauma, fratura do 04° pododáctilo do pé esquerdo. Trauma em pé esquerdo com corte contuso. Além de escoriações pelo o corpo.

Foi submetido, a limpeza, a sutura e a curativos na região posterior dos pododáctilos do pé esquerdo por um período de 60 dias. Além de tratamento conservador com o uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. Paciente recebeu alta definitiva em 30/06/2016.

Ao exame observamos presença de cicatrizes pelo o corpo. Observamos presença de cicatriz plana, com cerca de 08cm localizado, na região posterior dos pododáctilos do pé esquerdo (Cicatriz de sutura). Presença de edema residual importante no 04° pododáctilo e do pé esquerdo. Presença de parestesia na região do 04° pododáctilo e do pé esquerdo. Presença de dor a palpação no 04° pododáctilo e do pé esquerdo. Presença de dor a mobilização passiva e ativa do 04° pododáctilo e do pé esquerdo. Presença de bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão do 04° pododáctilo e do pé esquerdo. Presença de diminuição de força muscular dos movimentos de flexão e extensão do 04° pododáctilo e do pé esquerdo. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluímos que há limitação em 65% da capacidade funcional do 04° pododáctilo e do pé esquerdo.

Cajazeiras, 05.08.2016

Dr. Rodolfo G. Cartaxo

Médico  
CREMEO 13.144  
CRM-PB 8446

Rodolfo Gonçalves Cartaxo

CRM: 8446 - PB

LABCLIN - Cajazeiras - PB - Rua: Odilon Cavalcante, 78 - Centro-CEP: 58900-000

Fone: (83) 3531-4469



Defesa Social  
Delegacia Geral de Policia  
Delegacia Regional de Policia Civil  
20ª Delegacia Seccional de Policia  
DELEGACIA DISTRITAL DE CAJAZEIRAS  
DPVAT



GOVERNO  
DA PARAÍBA

425/2016



cazeiras, 24 de Maio de 2016.  
natureza da ocorrência: SINISTRO DE TRANSITO  
data do fato: 30/04/2016 - horário: 11h, APROXIMADAMENTE.

Notificante: ANDERSON PONCIANO DIAS, RG: 4.229.027/SSP-PB e CPF  
125.501.574-86, brasileiro (a), natural de Sousa - PB, solteiro,  
data de nascimento 24/09/1998, agricultor, filho (a) de: Egberto  
Alves Dias e de Silvania Dolores Ponciano Garrido Alves,  
Residente no Sitio Jenipapeiro, Zona Rural, Sousa-PB.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: DELEGADO PLANTONISTA

Vítima: O NOTIFICANTE

#### HISTORICO DO FATO

O (a) notificante, depois de cientificado (a) das penalidades  
cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que no dia  
30/04/2016, o notificante afirma que estava conduzindo uma MOTO:  
HONDA NXR 150 BROS ES, ANO/MOD. 2013/2014, PLACA NQE0541/PB,  
CHASSI: 9C2KD0550ER313071, COR VERMELHA, LICENCIADA EM NOME DE:  
DE JUSSANDRO FERREIRA DA SILVA. O declarante (vítima) vinha  
conduzindo a moto da sua tráfegava no centro da cidade de  
Marizópolis/PB, e ao ultrapassar um Caminhão, veio a colidir de  
frontalmente com um veículo do tipo Siena de cor preta, e devido  
ao impacto da colisão caiu e ficou inconsciente, sendo  
necessária a intervenção de uma equipe do SAMU, para socorrê-lo  
ao Hospital Regional de Sousa, onde recebeu os devidos cuidados  
medico. QUE EM VIRTUDE DESTES FATOS VEIO A ESTA DELEGACIA  
REGISTRAR OCORRÊNCIA E PEDIR CERTIDÃO PARA FINS ADMINISTRATIVOS  
JUNTO AO SEGURO DPVAT. SEGUINDO DETERMINAÇÃO DA PORTARIA DE N°. 352/2013 DGERAL/SEDS - PB. Onde determina que os boletins de  
ocorrência sejam registrados em qualquer delegacia deste estado.  
Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal pela  
declaração que deu origem a este registro, ficando ciente das  
penas cominadas no art. N° 299 do CPB. Nada a mais a consignar.

Anderson Ponciano Dias



Notificante



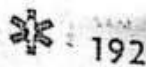
Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro

Elisângela M. Dantas  
Escrivã de Policia  
Mat. 155 719-0

POLEGAR  
DIREITO





Secretaria Municipal de Saúde  
**Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192**

Sousa, 02 de Junho de 2016

Ao Sr.(O)

Em resposta a vossa solicitação recebida em 02 de Junho de 2016 passa a informar o que seque:

**Nº da ocorrência: 0041**

**Vitima: Anderson Porciano Dias**

**Sexo: Masculino**

**Data: 30/04/2016**

**Local da Ocorrência: Via Pública de Marizópolis**

**Médico Intervencionista: \*\*\***

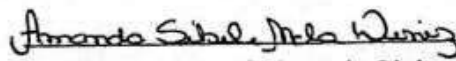
**Viatura: USB02**

**Condutor: Marciano**

**Téc. Enfermagem: Ângela**

**Enfermeira: Daniela**

**Natureza da Ocorrência:** USB02 acionada para queda de moto encontrado vitima em decúbito dorsal, apresentando ferimento profundo com perca de cartilagem MIE, escoriações MSD, consciente, orientado e queixando-se de dor no local afetado, imobilizado em prancha rígida e membros, colar cervical mais AVP com SRL e encaminhando a HRS, sob regulação medica para avaliação.

  
Amanda Sibebe Melo Diniz  
Coordenadora Administrativa

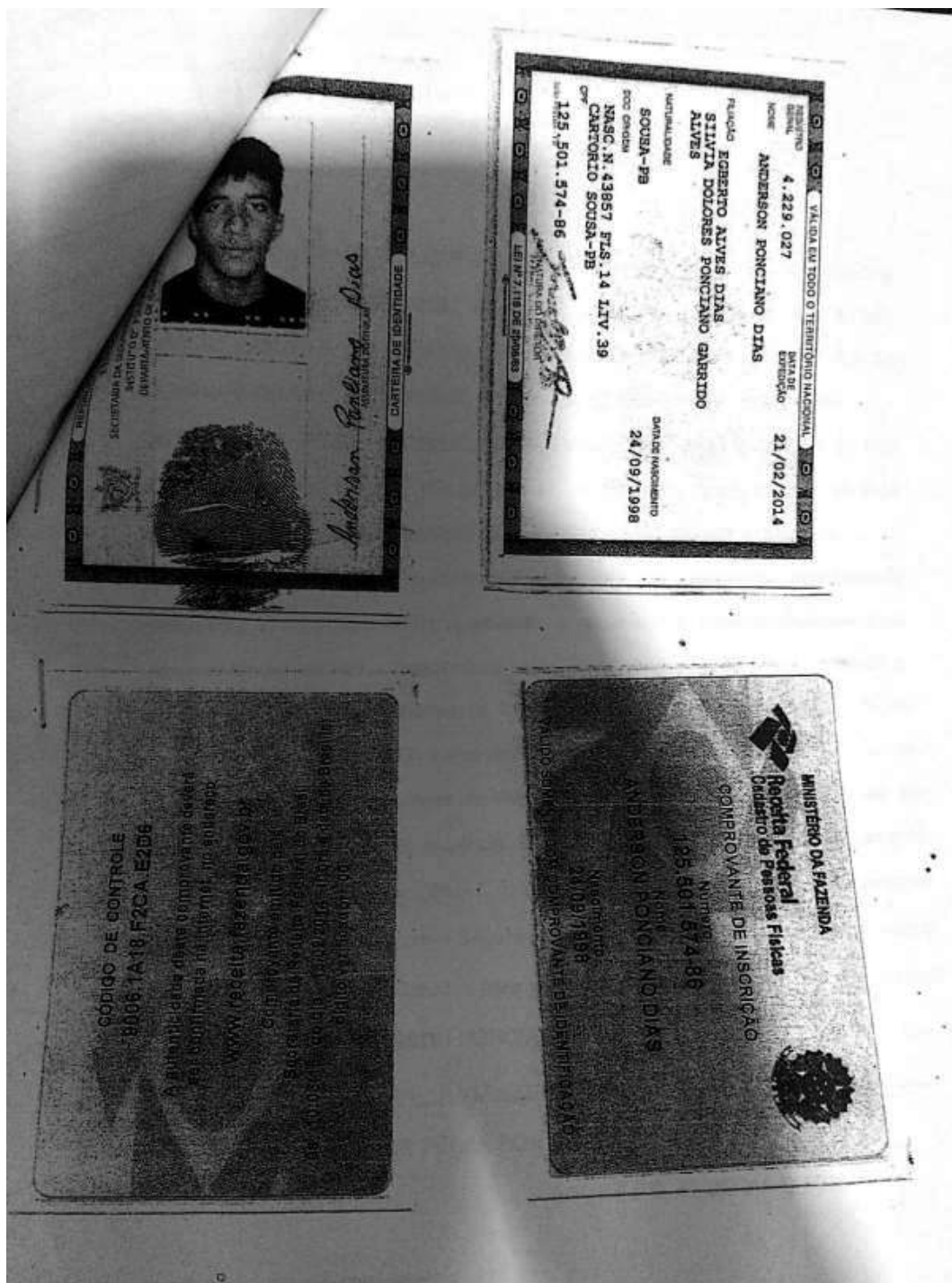
  
Amanda Sibebe Melo Diniz  
Coordenadora Administrativa





[illegible]







**OUTORGANTE:**

**EU, ANDERSON PONCIANO DIAS**, BRASILEIRO (A), SOLTEIRO, AGRICULTOR, PORTADOR DO RG Nº: 4.229.027-SSP/PB E CPF Nº 125.501.574-86, RESIDENTE E DOMICILIADA NO SÍTIO GENIPAPEIRO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE SOUSA-PB.

**OUTORGADAS:**

**ANA FLÁVIA ALVES MATIAS**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, ADVOGADA, INSCRITA NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DA PARAÍBA – OAB/PB SOB O N.º 21.451, COM ESCRITÓRIO PROFISSIONAL NA AVENIDA PADRE ROLIM, Nº. 92, 1º ANDAR, SALA 18 CENTRO, CAJAZEIRAS - PB, E-MAIL: ADVANAFLAVIA@OUTLOOK.COM

**ERIKA DE FRANÇA PERGENTINO**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, ADVOGADA, INSCRITA NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DA PARAÍBA – OAB/PB SOB O N.º 21.670, COM ESCRITÓRIO PROFISSIONAL NA AVENIDA PADRE ROLIM, Nº. 92, 1º ANDAR, SALA 18 CENTRO, CAJAZEIRAS - PB, E-MAIL: ADVERIKAFRANCA@GMAIL.COM

**PODERES:** NOS TERMOS DO ART. 105 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, OS CONTIDOS NA CLÁUSULA "AD JUDICIA ET EXTRA", PARA, EM NOME DO OUTORGANTE, EM QUALQUER JUÍZO, INSTÂNCIA OU TRIBUNAL, OU FORA DELES, DEFENDER SEUS INTERESSES, PODENDO PROPOR CONTRA QUEM DE DIREITO AS AÇÕES COMPETENTES E DEFENDER OS INTERESSES DA OUTORGANTE NAS CONTRÁRIAS, SEGUINDO UMAS E OUTRAS, ATÉ FINAL DECISÃO, USANDO DOS RECURSOS LEGAIS E ACOMPANHANDO-OS, CONFERINDO-LHES, AINDA, PODERES ESPECIAIS PARA CONFESSAR, DESISTIR, TRANSIGIR, FIRMAR COMPROMISSOS OU ACORDOS, RECEBER E DAR QUITAÇÃO, RECONHECER PROCEDÊNCIA DE PEDIDO, RENUNCIAR A DIREITO NO QUAL SE FUNDA AÇÃO AGINDO EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE, PODENDO AINDA SUBSTABELECER ESTA EM OUTREM, COM OU SEM RESERVAS DE IGUAIS PODERES, DANDO TUDO POR BOM, FIRME E VALIOSO.

SOUSA-PB, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

**ANDERSON PONCIANO DIAS**





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**7ª VARA DA COMARCA DE SOUSA/PB**

**DESPACHO**

**Vistos etc.**

1. À luz do CPC/2015, gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

2. Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e sobretudo diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

3. No caso, ante a profissão informada e a própria documentação juntada pelo autor relativamente ao seguro e à vista do conteúdo econômico imediatamente aferível, havendo dúvida fundada sobre os pressupostos para a concessão da gratuidade, **determino** à parte autora que, em 15 (quinze) dias, comprove, por outros meios, o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou, se for o caso, solicite a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

4. Demais disso, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas anexar aos autos simulação do valor das custas judiciais iniciais.



Cumpra-se. Providências necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**7ª VARA DA COMARCA DE SOUSA/PB**

**DESPACHO**

**Vistos etc.**

1. À luz do CPC/2015, agratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

2. Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e sobretudo diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

3. No caso, ante a profissão informada e a própria documentação juntada pelo autor relativamente ao seguro e à vista do conteúdo econômico imediatamente aferível, havendo dúvida fundada sobre os pressupostos para a concessão da gratuidade, **determino** à parte autora que, em 15 (quinze) dias, comprove, por outros meios, o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou, se for o caso, solicite a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

4. Demais disso, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas anexar aos autos simulação do valor das custas judiciais iniciais.



Cumpra-se. Providências necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.



## CÁLCULOS

SEGUEM CÁLCULOS EM ANEXO

SOUSA

3 de julho de 2017

FRANCISCO RIGELIO DE OLIVEIRA



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SOUSA  
CONTADORIA JUDICIAL

**COM BASE NO VALOR DA CAUSA**

**CÁLCULO DE CUSTAS**

Base de cálculo	13.500,00
Valor em UFR	294,18
Taxa judiciaria	202,50
Custas judiciais	950,81
Diligências	0,00
Valor banco	1,35
Total da guia	1.154,66

Postagem de R\$ 13,01 já inclusa no cálculo

Sousa-PB 03 de julho de 2017

Francisco Rigélio de Oliveira  
Técnico Judiciário





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 7ªVARA DA  
COMARCA DE SOUSA/PARAÍBA**

Autos nº 0801642-42.2017.8.15.0371

ANDERSON PONCIANO DIAS, já qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** em curso, que move nesse Juízo em face da SEGURADORA **LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a juntada **DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA (com efeitos penais caso seja comprovada a falsidade do documento) e COMPROVANTE DE BAIXA RENDA DE ACORDO COM CÓPIA DE CONTA DE ANERGIA ANEXADO** a fim de comprovar o direito a gratuidade de todos os atos processuais.

O Autor faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

De acordo com a dicção do artigo 4º da Lei 1.060/50, lei da assistência judiciária, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.  
§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Ou seja, nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade e acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma analisado, o juiz deve prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima), excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de verdade no pedido de gratuidade, caso em que o juiz deve indeferir o pedido **DESDE QUE EFETIVAMENTE COMPROVADOS POR DOCUMENTO.**



Entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição de 1988.

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares.

Ora, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. Sobre o tema, bastam os ensinamentos do Doutor Augusto Tavares Rosa Marcacini (*Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita*, Forense, Rio de Janeiro, 1996, p. 100):

"Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50, milita presunção de veracidade da declaração de pobreza em favor do requerente da gratuidade. Desta forma, o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento da condição de pobreza é do impugnante."

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

) "*EMENTA: Assistência judiciária. Benefício postulado na inicial, que se fez acompanhar por declaração firmada pelo Autor. Inexigibilidade de outras providências. Não-revogação do art. 4º da Lei nº 1.060/50 pelo disposto no inciso LXXIV do art. 5º da constituição. Precedentes. Recurso conhecido e provido.*

*1. Em princípio, a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorário de advogado, é, na medida em que dotada de presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal."* [STJ, REsp. 38.124.-0-RS. Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.]

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "*A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão.*" (STJ-REsp.1009/SP, Min. Nilson Naves, 3ª.T., j: 24.10.89, DJU 13.11.89, p.17026

Além do exposto em lei, a jurisprudência dominante nos tribunais brasileiros sustenta tanto a pretensão da agravante quanto o presente agravo. Conforme segue:

53013508 - INDENIZAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PEDIDO INDEFERIDO - Tendo o autor, na petição inicial, afirmado, expressamente, que não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas do processo, sem o prejuízo de próprio sustento e o de sua família, preenchendo a exigência no art. 4º, da Lei nº 1060, de 05.02.1950,



injustificável o indeferimento judicial do pedido, que se respalda em dispositivos legais, como também constitucionais, como decorre dos textos do art. 5º, incisos XXXIV e LXXIV, da CF de 1988, que garantem, em tais hipóteses, o acesso à justiça, sobretudo, porque restou documentalmente comprovada a situação de pobreza do promovente. Recurso provido. (TJPR - AI 0065746-9 - (14037) - 3ª C.Cív. - Rel. Des. Silva Wolff - DJPR 10.08.1998)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - Ponderando as circunstâncias demonstradas nos autos - ganhos e despesas enfrentadas pelo requerente do benefício - tem-se que não existam fundadas razões para o indeferimento da gratuidade da justiça. Agravo provido. (TJRS - AGI 599286705 - 13ª C.Cív. - Rel. Des. Marco Aurélio de Oliveira Canosa )

“AGRAVO - Declaração de pobreza de funcionários públicos que litigam contra a Fazenda do Estado. Indeferimento da gratuidade de justiça determinada pelo MM - Juiz. Inadmissibilidade. É dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita, princípio que não deve sofrer restrição no sentido de se exigir requerimento específico mediante prova da pobreza. Ao contrário, assim como previsto na Lei especial, basta a simples afirmação, na própria inicial ou na contestação, de que não tem condições de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios. A pobreza, no caso, é presumida, podendo a parte contrária impugnar o pedido. Despacho reformado. Recurso provido.” (TJSP - AI 140.057-5 - São Paulo - 2ª CDPúb. - Rel. Des. Aloísio de Toledo - J. 26.10.1999 - v.u.)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIOS DE JUSTIÇA GRATUITA - PRESUNÇÃO LEGAL DE POBREZA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUBSTANCIAIS A DEMONSTRAR POSSUIR O BENEFICIÁRIO CONDIÇÕES DE ARCAR COM O PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO PROVIDO - O magistrado somente deve indeferir benefícios de Justiça Gratuita, se houver elementos substanciais demonstrado que o beneficiário possui condições de arcar com o pagamento de custas processuais, já que o art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, se contenta com a simples presunção de pobreza. O fato de ser o agravante pequeno proprietário rural, e estar ele com sua propriedade hipotecada e sofrendo vários processos de execução, não elidem a presunção de poder ele arcar com as custas processuais.” (TJMS - AG 2001.002629-8 - 1ª T.Cív. - Rel. Des. Ildeu de Souza Campos - J. 04.10.2001)

“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - POSSIBILIDADE DE SER PLEITEADA EM QUALQUER FASE DO PROCESSO - Justiça gratuita - Benefícios - Concessão. É facultado à parte, a qualquer tempo e grau de jurisdição, requerer os benefícios da gratuidade judicial, a partir da simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família.”(2.ª TACIVIL - AI 540.863 - 11.A Câmara, Rel. Juiz Artur Marques - j. 31.08.1998; Bol.AASP 2108/6).

Ressalte-se que o autor é COMPROVADAMENTE DE BAIXA RENDA.

De acordo com entendimento dos nossos tribunais superiores fica clara a possibilidade de ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita com a juntada da declaração de pobreza junto com a comprovação de baixa renda que encontra-se em nome do seu pai como



conta em documento de identidade já anexado ao processo, já que o mesmo se encontra impossibilitado de juntar outros documentos que comprovem a pobreza, além do fato de ser baixa renda. Vejamos:

**TJ-PR - Ação Civil de Improbidade Administrativa 11284203 PR 1128420-3 (Acórdão) (TJ-PR)**

**Data de publicação: 29/06/2014**

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR - DECLARAÇÃO DE POBREZA QUE POSSUI PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - ALEGADA **IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO** EXIGIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU - INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS OU INDÍCIOS QUE INFIRMEM A DECLARAÇÃO DE POBREZA - PEQUENO AGRICULTOR QUE FICOU DESTITUÍDO DE RENDA PELO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL PERPETRADO PELA PARTE RÉ - CABIMENTO DA CONCESSÃO DOS ALMEJADOS BENEFÍCIOS - DECISÃO MODIFICADA - RECURSO PROVIDO.

**TJ-RS - Recurso Cível 71005655915 RS (TJ-RS)**

**Data de publicação: 10/12/2015**

**Ementa:** RECURSO INOMINADO. RECURSO DO AUTOR INTERPOSTO SOB O PÁLIO DA AJG. AUSÊNCIA DE **DOCUMENTAÇÃO** PERTINENTE PARA COMPROVAR A NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. INTIMAÇÃO PARA **APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO** HÁBIL. PETIÇÃO PROTOCOLADA FORA DO PRAZO E DESACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS. ALEGAÇÕES DESPROVIDAS DE PROVAS E QUE NÃO SE COADUNAM COM AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO AUTOR NA INICIAL. AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA **IMPOSSIBILIDADE** DE ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. RECURSO NÃO CONHECIDO POR DESERTO. (Recurso Cível Nº 71005655915, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gláucia Dipp Dreher, Julgado em 09/12/2015).

**TJ-SP - Apelação APL 10142164820148260554 SP 1014216-48.2014.8.26.0554 (TJ-SP)**

**Data de publicação: 18/10/2015**

**Ementa:** APELAÇÃO. COBRANÇA. DESPESAS HOSPITALARES. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIO PLEITEADO EM CONTESTAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE **DECLARAÇÃO DE POBREZA** E DE **IMPOSTO DE RENDA**. OMISSÃO NA SENTENÇA. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA DA RÉ. GRATUIDADE CONCEDIDA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRAZO QUINQUENAL. INTELIGÊNCIA ART. 206, §5º, i, cc. PRECEDENTE DO STJ. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 269, iv, cpc). INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

**TJ-SP - Agravo de Instrumento AI 21715613920158260000 SP 2171561-39.2015.8.26.0000 (TJ-SP)**

**Data de publicação: 24/09/2015**



**Ementa:** ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – Agravante que pode ser enquadrado na condição de necessitado a que alude a Lei nº 1060/50 - **Declaração de pobreza** e de **imposto de renda** suficientes para demonstrar a hipossuficiência do autor até prova em contrário - Benefício da assistência judiciária que merece ser deferido - Agravo provido.

**TJ-PR - 8673103 PR 867310-3 (Acórdão) (TJ-PR)**

**Data de publicação:** 03/05/2012

**Ementa:** Agravo de Instrumento. Ação de cobrança. Seguro DPVAT . **Declarações de imposto de renda**. Isenção. Comprovação do estado de **pobreza**. Dificuldade. Autônomo. Acidente. Recurso provido. 1- Este relator, revendo posicionamento anterior, tem entendido pela possibilidade de diligências determinadas pelo douto Magistrado "a quo" para aferir a possibilidade ou não da parte em arcar com as despesas processuais, como por exemplo, solicitação de **declaração de renda** e bens. 2- A comprovação pelo agravante, de estar inserido na faixa de isenção do **Imposto de Renda**, aliada ao fato de ser o mesmo profissional autônomo, e ter sofrido grave acidente automobilístico, impõe o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita ao mesmo.

Fica comprovado que a declaração de hipossuficiência junto com a comprovação de do mesmo ser de baixa renda é prova objetiva e clara que efetiva o direito certo da autora em ser beneficiária da gratuidade da justiça, já que negar isso seria impedir acesso à justiça aos que necessitam.

Além de todo o sofrimento da parte autora em ter sido vítima de um acidente, trazendo prejuízos e abalos, sendo negado o valor que lhe era devido quando pleiteou de forma administrativa, cabe aqui o dever do Poder Judiciário em garantir o livre acesso à justiça, garantindo que os comprovadamente pobres possam pleitear seus pedidos de forma judicial.

## **PEDIDO**

Portanto, requer o Autor a Vossa Excelência que lhe seja concedida a gratuidade de justiça em todos os atos, com amparo nos argumentos legais, de direito e jurisprudenciais colacionados e que entenda pela consideração dos documentos juntados já que é impossível a juntada de outros documentos.

Termos em que pede

e espera deferimento.



Sousa/PB, 20 de julho de 2017.

Erika de França Pergentino

OAB/PB 21.670



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **ANDERSON PONCIANO DIAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, titular de identidade RG nº 4229027 SSP-PB, devidamente inscrito no CPF sob o nº 125.501.574-86, residente e domiciliado no sítio Genipapeiro, zona rural, Município de Sousa/PB, CEP: 58.800-000 declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Por ser verdade,

firmo o presente.

Sousa-PB

30/06/2017

  
**ANDERSON PONCIANO DIAS**







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail [sza.7vara@tjpb.jus.br](mailto:sza.7vara@tjpb.jus.br); telefone (83)35226602

<b>PROCESSO</b>	0801642-42.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
<b>AUTOR</b>	ANDERSON PONCIANO DIAS
<b>RÉU</b>	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### DESPACHO

##### Do pedido de gratuidade:

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que pode ser afastada diante de outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira.



A propósito do tema, eis a orientação do STJ, firmada já sob a égide do CPC/2015:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, FORMULADO PELA UNIÃO, CONTRA PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO, NA ORIGEM, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME, NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. (...). II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por pensionista de servidor público federal, contra decisão que - nos autos de Cumprimento de Sentença, formulado contra a UNIÃO - indeferiu a concessão dos benefícios da assistência judiciária à ora agravante, já na vigência do CPC/2015, ao entendimento de que "a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência não é absoluta, devendo ser sopesada com as demais provas existentes nos autos, podendo o juiz exigir a comprovação da situação de miserabilidade para analisar o pleito de assistência judiciária gratuita". III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Ainda sob a égide do CPC/73, "este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/05/2013)" (STJ, AgInt no AREsp 870.424/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2016). V. Na forma da jurisprudência do STJ, "o magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário" (STJ, AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015). VI. Outrossim, "embora seja certo que o Novo CPC estabelece, em seu art. 99, que o pedido de reconhecimento do direito personalíssimo à gratuidade de justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso - estabelecendo uma presunção de veracidade e de boa-fé por parte do requerente -, acolhe, no parágrafo 2º, a jurisprudência consolidada do STJ, no sentido de que o juiz pode indeferir a benesse, de ofício, contanto que, antes de indeferir o pedido, propicie à parte requerente a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais. Ademais, o CPC/2015 não revogou o art. 5º, caput, da Lei 1.060/1950, que prevê que o juiz deve indeferir, de ofício, o pedido de gratuidade justiça, caso tenha fundadas razões" (STJ, REsp 1.584.130/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 17/08/2016). VII. Tendo o Tribunal de origem, soberano na apreciação de fatos e provas, mantido a decisão de 1º Grau, que indeferiu o pedido de assistência judiciária, haja vista que as provas e circunstâncias da causa são incompatíveis com a alegada necessidade do benefício,



revela-se inviável o reexame de tal conclusão, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. A propósito: STJ, AgInt no AREsp 871.303/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 21/06/2016. VIII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1104835/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018)

Ademais, verifica-se que a parte requerente pleiteia a gratuidade sem sequer indicar o valor das despesas e das custas. Somente com a apuração do valor é que se saberá se há ou não capacidade para o pagamento sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Saliente-se que é possível simular a importância a ser recolhida por meio de ferramenta disponibilizada por esta Corte em seu sítio eletrônico.

É importante ressaltar, por fim, que o art. 98, § 5º, autoriza o deferimento da gratuidade de forma parcial, o que, também, dependerá da demonstração da situação econômica da parte autora. A propósito, **a Presidência do TJPB e a Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba editaram a Portaria Conjunta n.º 02/2018 regulamentando a questão (DJe publicado em 30/11/2018). Ao final desse documento, será disponibilizado o inteiro teor do ato.**

Por fim, no tocante às ações em que se pede compensação por alegados danos morais, é necessário fazer uma observação. Excetuadas as hipóteses estritas em que se admite pedido genérico (NCPC, art. 324, § 1º), os valores postulados a título de indenização por danos materiais ou morais, por demarcarem o próprio proveito econômico pretendido pela parte, devem ser expressamente contemplados na atribuição do valor da causa (NCPC, art. 292, V). Descabe, pois, pleitear compensação por danos morais em quantia meramente estimativa, relegando-a livre arbitramento judicial. Assim, cabe a especificação do montante da indenização que postula a título de compensação por dano moral, retificando o respectivo valor da causa.

#### **Da necessidade de especificação da lesão:**

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014)<sup>1</sup>.

Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ). Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determina o § 1º do artigo 3º da lei de regência<sup>2</sup>.

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o autor promover a emenda, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo a extensão da invalidez alegada, com a descrição minuciosa da seqüela efetivamente experimentada e o valor que entende que lhe é devido, **indicando o item na lei e na tabela anexa.**



A título de ilustração, consideremos a hipótese em que alguém sofre acidente automobilístico e, em decorrência do sinistro, sofre lesão em um dos pés. A seguradora apura, no contencioso administrativo, que a lesão não tem natureza permanente. A parte autora poderá questionar em juízo a apuração, sob o fundamento de que a lesão é, sim, permanente. Contudo, deverá identificar a repercussão da lesão e quantificar o pedido com base na tabela anexa ao regulamento, **não podendo defender que tem direito ao teto indenizatório, porque essa tese já foi exaustivamente rechaçada pela jurisprudência**. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC. A orientação firmada nos tribunais somente poderá ser relativizada se a parte demonstrar que o caso em questão não deve ser examinado à luz do entendimento pacificado pelos tribunais.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial.

Por fim, cabe salientar que os arts. 926 e seguintes do CPC sedimentaram o caminho pelo respeito à segurança jurídica. Tanto os tribunais quanto os juízos de primeiro grau devem prezar pela uniformização da jurisprudência. Ocorre que esse dever deve partir, também, do jurisdicionado. No caso das ações do seguro DPVAT, não há sentido algum em insistir, sem fundamento, na pretensão ao teto indenizatório, tese já rechaçada pelos tribunais superiores.

#### ANTE O EXPOSTO:

Intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias:

1- Esclarecer a extensão da invalidez alegada, com a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada e o valor que entende que lhe é devido, **indicando o item na lei e na tabela anexa. Caso a parte tenha pedido indenização pelos gastos médicos, deverá indicar na petição de emenda os gastos e apresentar as respectivas provas** ;

2- Com fundamento no § 2º do art. 99 do CPC, determino a intimação da parte que requer a gratuidade para, em quinze dias e sob pena de indeferimento do benefício, apresentar documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência. Deverá a parte, necessariamente, apresentar simulação do valor das custas e das despesas, que pode ser realizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <<https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/custas/previas/custasprevias.jsf>>.

2.1. Havendo pedido de reparação por danos morais, a parte autora deverá declinar o montante da indenização que postula a título de compensação, retificando o respectivo valor da causa. O valor atribuído deverá ser considerado para fins da simulação exigida no item 2.

2.2 Sem prejuízo de outros documentos que reputar convenientes, a parte poderá demonstrar sua hipossuficiência econômica por meio dos seguintes documentos: a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge; b cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge; c. cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; d. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal; e. cópia dos balancetes dos últimos três meses da parte autora, caso seja pessoa jurídica; f. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor.

2.3. A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO



## Juiz de Direito

1 No mesmo sentido: “Recurso extraordinário com agravo. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). 2. Redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007. 3. Constitucionalidade da modificação empreendida pelo art. 8º da Lei 11.482/007 no art. 3º da Lei 6.194/74. 4. Medida provisória. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Discrecionariedade. Precedentes. 5. Princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de violação. 6. Repercussão geral. 7. Recurso extraordinário não provido”. (STF, ARE 704520, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-236 DIVULG 01-12-2014 PUBLIC 02-12-2014)

2§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: **I-** quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e **II-** quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

PORTARIA CONJUNTA Nº 02/2018 - Dispõe sobre a regulamentação da redução percentual e do parcelamento de despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba e dá outras providências. O PRESIDENTE E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e uniformização de procedimento no âmbito deste Poder Judiciário no que diz respeito à concessão de redução percentual e parcelamento de custas processuais, previstos respectivamente nos §§ 5º e 6º do artigo 98 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015; CONSIDERANDO ser atribuição da Presidência do Tribunal, ordenadora de despesas, zelar pela arrecadação das receitas próprias do Judiciário, de modo a assegurar o equilíbrio fiscal do Poder Judiciário; CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral da Justiça tem o dever de zelar pela eficiência dos atos administrativos que lhe são peculiares, conforme estabelece o art. 37, caput, da Constituição Federal (de 1988), c/c o art. 25 da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba; RESOLVEM: Art. 1º O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). § 1º Entende-se como despesas processuais, referidas no caput deste artigo, todas as verbas elencadas no §1º do art. 98 do CPC. § 2º **A concessão da redução e/ou do parcelamento das despesas processuais está condicionada à efetiva comprovação da hipossuficiência financeira da parte beneficiária em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única**. § 3º **A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas**. § 4º Sobrevindo comprovada mudança na situação financeira do beneficiário, fazendo desaparecer os requisitos previstos no parágrafo anterior, o magistrado poderá rever as condições do benefício, inclusive revogá-lo. Art. 2º O parcelamento das despesas processuais pode ser realizado em até 06 (seis) prestações iguais, mensais e sucessivas, sujeitas à correção pela Unidade Fiscal de Referência (UFR) do mês vigente, respeitando-se o valor mínimo de R\$ 30,00 por parcela. § 1º Concedido o parcelamento das despesas processuais, os valores das prestações deverão ser arredondados na segunda casa decimal, seguindo o padrão matemático. § 2º O prazo para pagamento das parcelas referidas neste artigo é o último dia de cada mês e não se suspende em virtude do recesso forense, nem de qualquer outro motivo de suspensão do processo. § 3º O beneficiário poderá adiantar o pagamento das parcelas pelo valor da UFR vigente, não sendo cabível qualquer desconto. § 4º As reduções ou os parcelamentos deferidos antes da publicação deste ato, em valores ou número de prestações superiores ao estabelecido no caput deste artigo, ficarão mantidas até sua quitação. Art. 3º Cabe ao Chefe de Cartório, no âmbito do primeiro grau, ou à Diretoria Judiciária, no segundo grau, o controle do pagamento regular das custas, certificando nos autos o inadimplemento, até que sobrevenha o controle automatizado. Parágrafo único. Se, antes de prolatar a sentença, o magistrado verificar que as parcelas não foram totalmente pagas, determinará a intimação da parte autora para quitá-las, no prazo de 5 (cinco)



dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Art. 4º No caso de pagamento em duplicidade de um boleto, o valor não será considerado como quitação de eventual parcela subsequente, podendo a parte solicitar a restituição do valor à Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. Art. 5º Incumbe à parte beneficiária do parcelamento extrair do sistema Custas Online, no portal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba ([www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)), o boleto relativo a cada parcela, utilizando o número do respectivo processo ou da guia de custas. Parágrafo único. É vedado o pagamento de despesas processuais que não seja por meio de guias de recolhimento. Art. 6º Os casos omissos serão solucionados pelo magistrado. Art. 7º Esta Portaria entra em vigor no dia 03 de dezembro de 2018. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. João Pessoa, 28/11/2018. Desembargador JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO Presidente Desembargador JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ Corregedor-Geral da Justiça



EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª  
VARA DE SOUSA/PARAÍBA**

**Processo nº 0801642-42.2017.8.15.0371**

**ANDERSON PONCIANO DIAS**, devidamente qualificado no processo, por sua advogada que está subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa excelência atender o respeitável despacho e complementar os fatos:

**1) A descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada:**

Segundo consta dos autos, o promovente sofreu trauma no 4º pododáctilo (dedo) do pé esquerdo, trauma em pé esquerdo com corte contuso e escoriações pelo corpo; foi submetido a tratamento medicamentoso com analgésicos e anti-inflamatórios.

-Trauma no 4º pododáctilo (dedo) do pé esquerdo: Traumatismo é uma definição ampla usada para descrever lesões causadas por uma força externa devido a acidentes por exemplo. Deve ser levada em consideração a perícia judicial para que o médico analise as consequências causadas pelo acidente de forma específica e individual, já que o acidente trouxe limitações na vida do autor; a mesma não consegue praticar mais determinadas atividades que antes do acidente fazia.

- Trauma em pé esquerdo com corte contuso: A lesão corto-contusa se caracteriza pela presença de pequenas aberturas na pele, havendo predomínio da profundidade sobre a extensão na superfície. As causas dos traumas cutâneas e subcutâneas podem ser não intencionais ou intencionais, e dentre os casos mais comuns de lesões não intencionais se destacam os acidentes de trânsito.

- Escoriações: são lesões simples da camada superficial da pele ou mucosas, apresentando solução de continuidade do tecido, sem perda ou destruição do mesmo, com sangramento discreto, mas costumam ser, extremamente dolorosas.





**2) A descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago:**

Nota-se a partir do relatório médico que houve uma limitação de 65% da capacidade funcional do 4º pododáctilo e do pé esquerdo, note-se ainda que o paciente claudica (manca) para um dos lados quando apoia o membro inferior acometido.

Ressalta-se que a vítima apresenta edema residual importante no 4º pododáctilo e do pé esquerdo, parestesia (adormecimento, pressão, formigamento, entre outros), dor quando da sua apalpação, dor à mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, diminuição de força muscular dos movimentos de flexão e extensão do 4º pododáctilo e do pé esquerdo.

Com a devida especificação das lesões sofridas pelo autor da demanda no acidente de trânsito hora tratado, percebe-se que a seguradora incorreu em erro quando negou administrativamente pagar qualquer valor a título de indenização.

No momento requer que a seguradora junte ao processo o laudo pericial e todo o processo administrativo realizado pela mesma, para que se possa averiguar o motivo de ter sido negado o valor da indenização, e assim se possa chegar ao valor ao que o promovente faz jus. Ainda, para ser mais bem especificado, sugere-se que a vítima realize perícia médica a fim de que sejam analisadas as lesões que o acidente causou de forma específica e individual, já que os danos podem ocorrer de várias formas, prejudicando também a vida social e profissional da vítima.

**3- Os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada:**

Constata-se pelo relatório, segundo o médico Rodolfo Gonçalves Cartaxo, que o promovente teve uma limitação de 65% da capacidade funcional do 4º pododáctilo e do pé esquerdo, além de escoriações pelo corpo, o que, por si só, já torna a negativa de pagamento descabida. Na verdade, teria a autor direito de receber 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de invalidez permanente.

Pelo exposto, nota-se que o entendimento da promovida está em desacordo



com a lei, vez que o artigo 3º da Lei dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**

Ressalte-se ainda que além dos danos físicos sofridos, as sequelas atingem também os âmbitos sociais e profissionais da vítima, dificultando suas atividades diárias, prejudicando a capacidade laboral, recorrendo-se, portanto, ao Poder Judiciário para que sejam reavaliadas as lesões e os danos, para que por fim, se pague um valor justo e proporcional.

Por isso requer que seja considerada a perícia judicial a fim de que seja fixado um percentual de invalidez e assim chegar a um percentual justo pelos danos sofridos e que a vítima receba o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **-PEDIDOS:**

1- Requer que aceite a EMENDA A INICIAL a fim de complementar os fatos que faltavam;



2-Requer que a seguradora seja intimada para juntar ao processo o laudo pericial e o processo administrativo a fim de que seja fixado um percentual de invalidez e consequentemente, chegar a um valor justo e proporcional a título de indenização;

Nestes termos,  
pede deferimento.

Sousa/PB  
17 de fevereiro de 2019.

Erika de França Pergentino  
OAB/PB 21.670



PODERJUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail [sza.7vara@tjpb.jus.br](mailto:sza.7vara@tjpb.jus.br); telefone (83)35226602

<b>PROCESSO</b>	0801642-42.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
<b>AUTOR</b>	ANDERSON PONCIANO DIAS
<b>RÉU</b>	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### DESPACHO

1- Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

2- Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do NCPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do NCPC.

3- Cite(m)-se a(s) parte(s) ré(s) para oferecer(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).

4- Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, sendo imprescindível a realização de perícia, nesse sentido, nomeio como perito do juízo o médico DIEGO DOS SANTOS SANTIAGO. Fica autorizada a intimação por meio dos canais indicados pelo perito no sítio eletrônico do TJPB ([diegosantiago\\_medicina@hotmail.com](mailto:diegosantiago_medicina@hotmail.com); 83-996814345, desde que ele acuse o recebimento. Frustrada a comunicação, notifique-se por carta com AR ( Rua José Anacleto, 271, Uiraúna-PB), **sem prejuízo de sua substituição por outro expert pela serventia**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos



reais), em face da complexidade da prova e do local de sua realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos do Convênio 015/2014, facultada às partes a indicação de assistente técnico. Intime-se a seguradora acionada para efetuar o depósito dos honorários em cinco dias, salvo se já efetuado o depósito.

5- Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

6- Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

7- Por outro lado, formulo os seguintes quesitos a serem respondidos pelo Perito:

7.1 – O autor é portador de invalidez permanente?

7.2 – Em caso positivo, em que consiste essa invalidez?

7.3 – A invalidez permanente é total ou parcial?

7.4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?

7.5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?

7.6 – Levando-se em consideração a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, qual o grau da invalidez?

8- As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, uma vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

**9- Cumpridas as determinações acima, aguarde-se o agendamento da data para a realização da perícia.**

10- Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo. **O autor, que deverá ser intimado pessoalmente da data designada,** deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

11 – Juntado aos autos o laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito e intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se manifestarem e requererem o que entenderem de direito.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

**VINICIUS SILVA COELHO**

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SOUSA  
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0801642-42.2017.8.15.0371

AUTOR: ANDERSON PONCIANO DIAS

Advogado do(a) AUTOR: ERIKA DE FRANCA PERGENTINO - PB21670

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, para os devidos fins, bem como para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

Sousa(PB), 17 de junho de 2019

JOAO BATISTA ALVES DE ANDRADE

TEC. JUDICIÁRIO - mat. 4752341

Assinatura eletrônica

